

Por Aloísio Rodrigues dos Santos

Não me surpreendi com a Portaria do Ministério da Defesa, que trata do resgate de ossadas de integrantes do Partido Comunista do Brasil (P C do B) mortos no Araguaia nos anos de 1972/73/74, nem com as suas repercussões na imprensa, nem com as declarações de seus militantes, particularmente Criméia Alice Schmidt de Almeida, sobre a qual farei considerações a respeito da sua saída da área de guerrilha no sudeste do Pará, no segundo semestre de 1972.

Já fiz inúmeras observações sobre a guerrilha, onde destaco as características físicas da área; o aliciamento, a doutrinação e o recrutamento de jovens; o tratamento às vítimas; a realização de cursos no exterior; os combates de encontro; o apoio político e o apoio financeiro do exterior; a transferência do foco para o P C do B; e outras, todas citadas em textos publicados na internet. Algumas dessas considerações constarão, parcialmente, deste texto para sua melhor compreensão.

No início da década de 60, provavelmente após o congresso de fundação do P C do B (11 a 18 de fevereiro de 1962), bem antes da contrarrevolução de 31/03/1964, militantes do partido foram designados para a realização de cursos de guerrilha rural na Academia Militar de Pequim, sob os auspícios do Partido Comunista Chinês.

Ao mesmo tempo, o comitê central do partido já sistematizava diretrizes, procedimentos e ações, visando ao reconhecimento de áreas no interior do Brasil propícias ao

desenvolvimento da guerra de guerrilhas. Essas áreas deveriam estar distantes das regiões mais desenvolvidas e dos grandes centros urbanos, do poder político e dos órgãos de segurança do Estado; ser de difícil acesso, com uma população rarefeita e abandonada pelo poder central e com amplos vazios demográficos; e outras características que favorecessem a implantação, o crescimento e o desenvolvimento da guerrilha rural, que seria o instrumento e o estímulo visando a criação de um “Exército Popular de Libertação”.

Dentre as áreas que possam ter sido alvos de interesse por parte do partido, destaco uma no

sudeste do Pará; outra no norte de Goiás (hoje Tocantins), na região conhecida como Bico do Papagaio; uma terceira em Mato Grosso; e por último uma localizada na divisa de Goiás com Mato Grosso. Outras foram descartadas por inúmeras razões.

Definido o sudeste do Pará como área prioritária, em 1966 os primeiros militantes já se homiziavam na região, reconheciam detalhadamente o terreno e se aproximavam da humilde população rural e urbana dos pequenos núcleos habitacionais, para definir e propor ao comitê central os locais mais adequados para receber os futuros “guerrilheiros”, recrutados e aprovados pela direção do partido.

Assim, concluída a primeira fase para a futura ocupação da área, em 24/12/1967 os primeiros jovens aliciados chegavam ao seu destino final. Duas rotas de acesso à região foram definidas pelos “estrategistas” do partido. Uma pelo nordeste, considerada secundária, passava por Imperatriz(MA).

A principal iniciava-se por São Paulo(SP), passava por Anápolis e Araguaína em Goiás e chegava em Xambioá no Pará, com suas variantes. A grande maioria dos aliciados foi conduzida por essa rota pelos integrantes do comitê central, considerada também a principal rota de saída.

De dezembro de 1967 a março de 1972 -4 anos e 4 meses- aproximadamente 60 jovens foram levados e incorporados ao grupo que lá havia se instalado desde 1966. Efetivo muito reduzido para quem se propõe a criar um exército de libertação. Um sonho. Uma irresponsabilidade de homens e mulheres idosos, comunistas fanáticos, experientes e inescrupulosos, que não titubearam em tirar jovens do seio de suas famílias, conduzi-los ao Araguaia e induzi-los a resistir até à morte.

Identificada a área pelos órgãos de segurança, praticamente todos os “guerrilheiros” foram abandonados à própria sorte pelos seus dirigentes, que não mais lá retornaram nos anos subsequentes. O simples reconhecimento da região permitiu a prisão dos primeiros militantes, alguns subnutridos, que se entregaram pacificamente, sem esboçar qualquer reação.

Foram bem tratados. Mudaram de partido.

De certa forma julgo emblemática a prisão da militante Rioko Kayano, que mais tarde se casaria com José Genoíno.

Elza de Lima Monnerat, dirigente que, clandestinamente, a conduzia para se integrar a área, abandonou-a e a delatou aos agentes que revistavam o ônibus em que viajavam, retornando de imediato à São Paulo.

Mas, a comissão militar da guerrilha e o núcleo mais importante dos dirigentes do comitê central, esses a mais de 2.000 Km de distância da área, exigiam o cumprimento espartano das decisões e a aceitação indiscutível de procedimentos, tudo imposto pela comissão militar. Dentre essas normas, destaco pela relevância uma decisão com os seus desdobramentos e um procedimento imposto, apenas, às “militantes comuns”.

A decisão refere-se à segurança da área, que assim pode ser objetiva e sinteticamente resumida: “quem entrar na área não pode dela sair, qualquer que seja o motivo, pois a saída poderá comprometer a segurança da área e do partido”. As exceções eram prerrogativas dos dirigentes de maior nível.

Para fazer cumprir essa decisão, algumas ameaças, veladas ou não, foram transmitidas ao conjunto como orientações importantes para a segurança da guerrilha e do partido, estimulando o cumprimento das normas e inibindo os que se propusessem a abandonar a área.

-**Primeira:** “se você for preso pelo Exército, você será torturado até a morte”, o que levou a grande maioria dos militantes a resistir até à morte no decorrer das operações.

-**Segunda:** “se você abandonar o seu ponto de apoio (como eram chamados os locais de moradia) e o seu destacamento, você não sobreviverá no interior da selva”.

-**Terceira:** “quem entrar na área não poderá dela se ausentar, mesmo temporariamente, ou sair sem autorização da comissão militar ou do comitê central”.

Nessa última ameaça poderíamos enquadrar o destino do militante “Mundico”, Rosalindo de Souza. Disposto a abandonar a área, foi “justiçado” por decisão da comissão militar, episódio

acobertado e, até hoje, não explicado de forma conveniente e convincente pelos dirigentes partidários.

Quanto ao procedimento específico para as mulheres, a gravidez exigia a realização de um aborto, pois a saída da área, para a segurança do recém nascido e para o sucesso do parto, poria em risco a segurança do partido e da guerrilha. Tal circunstância levou uma gestante e seu companheiro, ameaçados pela direção que exigia o aborto, a se evadirem da área, ambos retornando à sua cidade de origem, onde permaneceram na clandestinidade.

Em contrapartida, a militante Criméia Alice Schmidt de Almeida foi autorizada a sair da área em condições semelhantes, ao final de 1972, pois mantinha relacionamento familiar com um dirigente do P C do B (Criméia era companheira de André Grabois, filho de Maurício Grabois membro da comissão militar).

Dois pesos, duas medidas.

Essa mesma militante, em reportagem ao jornal “Estado de São Paulo” de 24/06/2009, “representante da comissão dos familiares dos mortos e desaparecidos na ditadura militar(1964-1985)”, afirmou que a presença do Exército na região “é uma estupidez”, ao mesmo tempo em que exigia, praticamente, que a comissão nomeada pelo Ministério da Defesa(MD) fosse transferida para outro órgão, retirando do Exército as responsabilidades que a sua coordenação impunha. Com a divulgação deste artigo, Criméia saiu dos noticiários em 2009 e evita fazer qualquer "marolinha".

Finalizando, pergunto: Que autoridade tem essa senhora para exigir do MD, pela imprensa, que o Exército deva ser um mero coadjuvante na busca das “ossadas” e não o ator principal?

Por que reprisar a farsa anterior da comissão de anistia, onde o representante do Exército se constituiu em um mero legitimador dos trabalhos e das decisões dessa comissão?

Já se esqueceram ou ainda se lembram(?) de uma integrante da comissão, que dela se demitiu, em caráter irrevogável, em razão da parcialidade das votações sempre aprovadas por

uma maioria injusta, partidária, ideológica e comprometida?

A senhora Criméia se julga melhor ou superior à militante do Ceará (Cristina) que fugiu da área de guerrilha, com o seu companheiro (Pedro), para concluir a gravidez e se tornar mãe?

Não sente vergonha de ter sido privilegiada e de ter tido apoio para se afastar da área, enquanto a outra e seu companheiro tiveram de fugir e enfrentar os desafios e os perigos que a selva impõe aos inexperientes?

* Aloísio Rodrigues dos Santos (General da Reserva do Exército Brasileiro)